

União pagou R\$ 696 mi em dívidas de Entes Federados

Valor se refere aos débitos em atraso quitados no mês de junho

Da Redação

A União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em junho, segundo o Relatório Mensal de Garantias Honradas divulgado nesta quinta-feira (16) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ao todo, foram quitados débitos em atraso de três governos estaduais e de quatro prefeituras.

Os estados que precisaram de cobertura do Tesouro Nacional em junho foram:

Rio de Janeiro: R\$ 573,70 milhões;

Rio Grande do Sul: R\$ 73,06 milhões;

Rio Grande do Norte: R\$ 7,11 milhões.

Em relação aos municípios, tiveram dívidas pagas pela União as prefeituras de Taubaté (SP), com R\$ 29,23 milhões; São Gonçalo do Amarante (RN), com R\$ 13,11 milhões; Paranã (TO), com R\$ 106,97 mil; e Santanópolis (BA), com R\$ 67,19 mil.

O valor coberto pelo go-

verno federal para as dívidas não honradas pelos municípios somou R\$ 42,51 milhões em junho.

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89,42 bilhões para honrar garantias concedidas em operações de crédito contratadas por estados e municípios. Essas garantias são acionadas quando estados ou municípios deixam de pagar parcelas de empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais.

Nesses casos, a União quita a obrigação perante o credor e passa a buscar o ressarcimento dos valores por meio das contragarantias previstas nos contratos.

De acordo com o Tesouro, dos R\$ 89,42 bilhões honrados pela União desde 2016, aproximadamente R\$ 79,70 bilhões estão relacionados ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou a saldos de contratos administrados pela STN.

Nesses casos, os montantes pagos pela União são re-



Foram quitados débitos em atraso de três estados e de quatro prefeituras

financiados em contratos de longo prazo, em vez de serem recuperados imediatamente por meio da execução das contragarantias.

Atualmente, apenas o Rio Grande do Sul permanece no RRF. Esse mecanismo foi criado para auxiliar estados com elevado desequilíbrio financeiro.

Goiás, Minas Gerais e o Rio de Janeiro deixaram o regime após terem aderido ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) – que prevê descontos nos juros e parcelamento do saldo das dívidas estaduais em até 30 anos.

Em troca, os estados que aderirem vão aportar recursos para o Fundo de Equali-

zação Federativa (FEF). Esse fundo distribuirá recursos para investimentos em educação, segurança pública, saneamento, habitação e transportes, entre outras áreas.

PENDÊNCIAS

O relatório informa, ainda, que parte dos valores honrados continua pendente de recuperação por causa de decisões judiciais ou processos de refinanciamento.

Entre os casos com bloqueio judicial estão os municípios de Taubaté (SP), São Gonçalo do Amarante (RN) e Caucaia (CE), que somam R\$ 406,64 milhões em valores ainda não recuperados pela União.

As garantias represen-

tam os ativos oferecidos pela União – representada pelo Tesouro Nacional – para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Como garantidora das operações, a União é comunicada pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato.

Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto de repasses federais ordinários.

Vendas no varejo crescem 0,1% de abril para maio

Da Redação

O volume de vendas no comércio varejista brasileiro cresceu 0,1% em maio, na comparação com o mês anterior. A alta veio depois de uma queda de 1,6% na passagem de março para abril. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) foram divulgados nesta quinta-feira (16), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na média móvel trimestral, houve uma queda de 0,2%. Nos demais tipos de comparação, no entanto, o varejo apresentou avanços: de 0,4% na comparação com maio do ano passado, de 1,7% no acumulado do ano e de 1,4% no acumulado de 12 meses.

“No ano de 2026, o varejo

vem crescendo a maioria do tempo”, afirma o gerente da pesquisa, Cristiano Santos. “Apenas abril apresentou resultado no campo negativo”.

A alta de 0,1% de abril para maio foi puxada por cinco dos oito setores pesquisados: livros, jornais, revistas e papelaria (15,2%), tecidos, vestuário e calçados (3,1%), móveis e eletrodomésticos (2,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,4%) e combustíveis e lubrificantes (1,1%).

Por outro lado, três setores apresentaram queda: equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-1,7%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,5%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,3%).



Alta veio depois de queda de 1,6% na passagem de março para abril

VAREJO AMPLIADO

O varejo ampliado, que também inclui materiais de construção e o setor de veículos e peças, por outro lado, caiu 0,2%. Os mate-

riais de construção cresceram 2,1%, enquanto os veículos e peças avançaram 1,8%.

O comércio varejista ampliado também teve quedas

de 0,3% na média móvel trimestral e de 0,6% na comparação com maio de 2025. No acumulado do ano, o setor apresentou alta de 1,3%. Já no acumulado de 12 meses, o crescimento foi 0,1%.

RECEITA NOMINAL

A receita nominal do varejo cresceu 0,1% na comparação com abril deste ano, 4,4% em relação a maio de 2025, 4,2% no acumulado do ano e 4,8% no acumulado de 12 meses.

Considerando-se o varejo ampliado, a receita nominal teve altas de 0,4% na passagem de abril para maio, de 2,3% na comparação com maio do ano passado, de 3% no acumulado do ano e de 2,8% no acumulado de 12 meses.